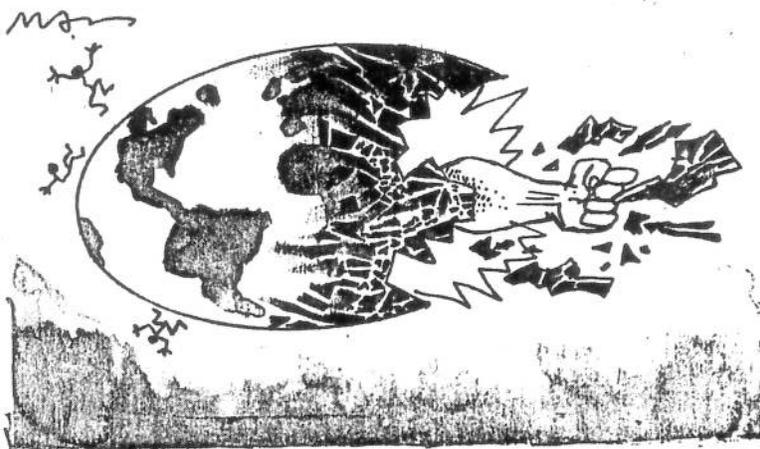


A crise asiática e o Brasil

Ives Gandra da Silva Martins



ALÉM DA CRISE EXTERNA, SOMOS
VULNERÁVEIS TAMBÉM À CRISE
INTERNA, CARACTERIZADA POR EXCESSO
DE PESO DO ESTADO SOBRE A SOCIEDADE

Apesar de todo o apoio da comunidade internacional, a crise asiática não parece chegar ao fim e seus reflexos negativos fazem-se sentir, principalmente, na economia dos países emergentes.

É de se lembrar, todavia, que a crise atinge não só os países emergentes, mas também os desenvolvidos, gerando intranquilidade não vista no mercado mundial depois da 2.ª Guerra. Nem mesmo os dois choques do petróleo (1973 e 1979) ou o "Setembro Negro" de 1982 impactaram tanto a economia mundial, como a persistente crise asiática, muitos temendo — apesar dos mecanismos de defesa criados pelos países — o surgimento de uma nova depressão como a de 1929, em que todas as economias foram afetadas, sendo apenas revitalizadas com o esforço de produção para a guerra de 1939/45.

O certo, todavia, é que nos dias atuais, os sete países mais desenvolvidos do mundo foram adotando mecanismos de intervenção nos mercados, alavancando a atuação de órgãos internacionais como o Fundo Monetário Internacional, assim como formulando políticas de controle dos fluxos de recursos por meio da troca de informações de seus Bancos Centrais, estando mais aptos a enfrentar a crise que no passado.

Remanescem, todavia, alguns problemas fundamentais.

O primeiro deles é a globalização da economia. Todos os países que querem conquistar mercados e aqueles com mais capital disponível e maior tecnologia levam vantagem sobre os países menos desenvolvidos. Ao alargar os seus mercados, reduzem a participação destes no mercado mundial, agravando sua crise, sobre penetrarem no mercado local de cada um deles.

O segundo problema reside na estabilidade da moeda, que a maio-

ria dos países emergentes ainda mantém, precariamente, com necessidade de preservação de um câmbio sobrevalorizado, com juros superiores ao do mercado internacional e, no caso do Brasil, com uma carga tributária cumulativa que incide mais duramente sobre os produtos brasileiros do que sobre os estrangeiros. A luta por ganhar competitividade empresarial, no capital e tecnologia, de um lado, e pela manutenção de uma moeda estável com os sacrifícios recessivos que impõem, de outro, tem trazido sérias dificuldades para as administrações dos países emergentes, sem grande perspectiva de alteração a curto prazo.

O terceiro problema está em que a globalização implica substituição do homem pela máquina, de tal maneira que, mesmo nos países desenvolvidos, o problema do desemprego é estrutural e tenderá a se agravar nos próximos anos. As políticas sociais exigem recursos a serem rever-

tidos a longo prazo, onerando a produção de cada país, no curto prazo, razão pela qual o Estado do Bem-Estar Social está em choque, principalmente, no setor previdenciário, pois cada vez um número menor de cidadãos deve sustentar um número maior de aposentados.

Esta crise do homem *versus* máquina e da produção menos onerosa *versus* política social é que provoca o "desemprego estrutural" no mundo inteiro, a que se acrescenta o "desemprego conjuntural" nos países em desenvolvimento, onde tal impacto é mais agudo e traumático.

Um último, *mas não o último dos problemas*, é a absoluta falta de controle de todos os governos sobre os fluxos de capitais que circulam a partir dos paraísos fiscais, hoje calculados em US\$ 13 trilhões que podem, no pânico, levar ao descompasso de todas as economias, visto que sobre este dinheiro a força do "Grupo dos Sete" é pequena e o risco de um desequilí-

brio generalizado pelo receio de perdas acentuadas é elevado.

Nem mesmo os países mais desenvolvidos estão a salvo, pois mesmo que se desloque a maioria de tais recursos para os países desenvolvidos, gerando a falência dos esforços estabilizadores dos países em desenvolvimento, a perda destes mercados e o excesso de fundos sem destinação imediata de aplicação nos países desenvolvidos terminará por provocar problemas tão sérios quanto o da escassez de recursos.

Acresce-se ainda, no Brasil, a existência de dois elevados déficits (contas externas e público, de quase todas as entidades federativas), com o que, se somos vulneráveis à crise externa, também o somos à crise interna, caracterizada por excesso de peso do Estado sobre a sociedade, o que torna a Federação maior do que o PIB.

Há muitos anos, Ruy Mesquita escreveu histórico editorial intitulado "A República Socialista Soviética do Brasil", alertando para a brutal intervenção econômica do governo na economia nacional.

Hoje, o Estado privatizou muitas de suas paquidêrmicas empresas, mas em compensação o corporativismo da administração direta cresceu e o Estado brasileiro de 1998 é muito maior do que aquele atacado por Ruy Mesquita na década passada.

Somos, atualmente, como visto, não só vulneráveis à crise asiática, como à crise interna, havendo aguda necessidade de redução do tamanho do Estado, o que é apenas possível com reformas constitucionais da estrutura do poder.

Fora disto, restará apenas a certeza de que dias piores virão.

Ives Gandra da Silva Martins

é professor emérito da
Universidade Mackenzie